



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA SÓCIO MORAL DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pâmela Luana Lipke, SETREM

Priscila Gadea Lorenz, SETREM

RESUMO:

O artigo é uma pesquisa que está em andamento, sendo um trabalho de conclusão de curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Que tem como tema à Constituição da autonomia sócio moral da criança na educação infantil: a formação de infantes nas vivências e experiências, repensar a identidade do sujeito ético. Assim define-se como objetivo analisar como desenvolvesse a aprendizagem em virtude da educação moral da criança e a prática pedagógica do professor na Educação Infantil, em face aos dilemas morais na perspectiva da discussão contemporânea do currículo e sociedade. Utilizando como metodologia de procedimento estudo de caso e quanto à natureza uma pesquisa aplicada - abordagem qualitativa e procedimento técnico de pesquisa-ação, com subsídio teórico dos autores ARIÉS (1981), BRASIL, (2010), KRAMER (1992), (PIAGET 1994, 1977,1980), SOUZA (1989), VYGOTSKY (2001) entre outros. Contudo posso concluir que essa pesquisa será de fundamental importância para compreender melhor a constituição do sujeito moral.

Palavra – Chaves: Desenvolvimento Moral. Currículo. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO:

A socialização humana ocorre paralelamente a seu desenvolvimento cognitivo, de forma gradual e cumulativa. Um aspecto em particular que instiga a pesquisa, consiste na influencia que a moralidade tem no comportamento humano. Fora através das pesquisas de Piaget (1985) que Kohlberg construiu a base de seus estudos, percebeu que o respeito a regras diferenciava-se de acordo com a idade das crianças “distinguindo as fases de anomia, heteronomia e autonomia moral (FINI, 1991, p. 59).

A partir das reflexões e discussões em sala de aula que aconteceram durante nossa caminhada acadêmica, percebo a necessidade de pesquisar e entender os mais diferentes aspectos relacionados ao desenvolvimento moral na infância que são imprescindíveis para formação do sujeito. O professor em suas práticas em sala de aula, convivendo neste contexto é o mediador da aprendizagem, sendo que através desta vão acontecendo as relações, e neste intermédio o aluno (ou sujeito) se constitui



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

moralmente. E nesta dimensão que o professor exerce um papel fundamental da compreensão de intermediar e estimular este sujeito no seu dia a dia para que o desenvolvimento moral aconteça naturalmente no contexto escolar. Com esta pesquisa queremos elencar através da prática como este sujeito infante se relaciona, como ele vive neste meio social e de que forma é possível contribuir enquanto professores para o seu desenvolvimento moral, e o que isso está influenciando na constituição humana. Partindo desse pressuposto analisamos o início da sua desenvoltura, no período dado como primordial para a formação do sujeito que é a infância.

METODOLOGIA

Utilizarei durante a pesquisa como método de abordagem o fenomenológico no qual o sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento, como metodologia de procedimento o estudo de caso permitindo análise isolada de um grupo de indivíduos, sendo neste caso crianças da Educação Infantil de três (3) instituição de ensino sendo elas: Escola Municipal de Educação Infantil Tia Mercedes- EMEI, Adelaide Ambros e Frederico Jorge Logemann- CFJL. Utilizando também a abordagem qualitativa, e por finalidade o procedimento técnico de pesquisação e será de caráter descritivo, no caso da presente pesquisa utilizo as seguintes técnicas: observação participante (Escuta Sensível), entrevistas semi-estruturadas individuais com crianças e com professores que atuam nessas escolas, entre outras. Saliento que a pesquisa está em andamento e que a conclusão da mesma culminará em uma apresentação em banca sendo um Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A INFÂNCIA COMO ESPAÇO DE PESQUISA E A ESCOLA COMO FORMADORA DA EDUCAÇÃO SÓCIO-MORAL.

A infância foi por séculos caracterizada por ser uma fase da vida pouca valorizada, passando-se por despercebida. Sabe-se que antigamente o sentimento de infância era inexistente, baseada no abandono, pobreza, favor e caridade, não existia particularidade da consciência sobre o universo infantil. Já a partir do século XIX e XX,



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

a infância começa ser pensada e refletida, pois comprovou-se que todas as ações, acontecimentos tinham influências diretas na vida adulta (ARIÉS, 1981).

Retratando um pouco dessa infância vivida pela humanidade nota-se que até a Idade Média não se conhecia a infância, as crianças não eram tão estimadas, pois as famílias tinham muitos filhos, mas poucos sobreviviam à alta taxa de mortalidade da época por causa da demografia. A infância realmente iniciou por volta do século XIII com a representação de uma pintura de Jesus recém-nascido, assim começou-se a perceber o ser infante.

Sua participação frente a essa sociedade resumia-se a um convívio estritamente de adultos, a fim de que essa ligação a torna-se rentável na economia familiar pelo desempenho de diversas tarefas e obrigações referentes a seu núcleo. As crianças não recebiam um tratamento especial da sociedade, que as via e as faziam se comportar como pequenos adultos, desde a maneira de se vestir até a forma de pensar, como “um adulto em miniatura”. Somente na família moderna tornou-se uma responsabilidade da família permitir que seus filhos atingissem a idade adulta de forma saudável e madura, contribuindo com sua formação intelectual (ARIES, 1981).

Compreender que a criança não é um adulto em miniatura é dar ênfase ao desenvolvimento humano, levando em consideração a forma pela qual a criança se constitui, elabora sua consciência e se humaniza. Diante da perspectiva de que o desenvolvimento está alicerçado no plano das interações sociais evidencia-se a importância de entender ainda mais estes processos de internalização e constituição do ser. O reconhecimento da infância na história foi um marco, pois somente no começo da modernidade que começou-se a entender o que estava acontecendo até então nas “fases da infância” das crianças, começou a se ter o interesse psicológico e da preocupação moral, trazendo então a importância da educação para as crianças.

Assim a evolução da história da infância ajuda também a repensar a Educação Infantil, o espaço criado para a primeira fase na educação da criança. Com um olhar diferenciado à infância, como período essencial para o desenvolvimento do sujeito, com momentos de aprendizagem e prazer pela educação, sem esquecer-se da infância, das



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

diversões e culturas diferenciadas, considerando um novo espaço para o reconhecimento dessa fase da vida humana.

DO ASSISTENCIALISMO A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO DA CRIANÇA.

Do ponto de vista histórico, a educação da criança sempre esteve sob a responsabilidade da família. Já quando se aborda a instituição escolar, sua história é recente. A creche e outras instituições que surgiram, como os orfanatos, possuíam atendimento voltado para o assistencialismo, visando o cuidado e não o aspecto pedagógico. Ainda é precoce falar em qualidade na educação infantil no Brasil, uma vez que a sua história é muito recente e ainda está em processo de consolidação.

No Brasil as primeiras iniciativas voltadas à criança tiveram um caráter higienista, cujo trabalho era realizado por médicos e damas beneficentes, e se dirigiram contra alto índice de mortalidade infantil, que era atribuída aos nascimentos ilegítimos da união entre escravos e senhores e a falta de educação física, moral e intelectual das mães. Com a Abolição e a Proclamação da República abre portas para uma nova sociedade, impregnada com ideias capitalista e urbano-industrial. Neste período, o país era dominado pela intenção de determinados grupos de diminuir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto ao problema da criança. Eles tinham por objetivo:

[...] Elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância (KRAMER, 1992, p.52)

As creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas, seu atendimento era exclusivamente para atender as necessidades, ou seja, alimentação, higiene e segurança física, eram chamadas de Casa dos Expostos ou Roda.

Com esta pequena retrospectiva histórica, verificamos que a Educação Infantil surgiu com um caráter de assistência a saúde e preservação da vida, na se relacionando com o fator educacional e, segundo Souza (1989), a “pré-escola surgiu da urbana e típica sociedade industrial, não surgiu com fins educativos, mas sim para prestar



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

assistência”, e não pode ser comparada com a história da educação infantil de hoje que trás a importância e a necessidade de entender cada fase do desenvolvimento da criança.

A Educação Infantil, recentemente, vem tendo um maior destaque no cenário nacional, caracterizando um momento bastante diferenciado e de razoáveis modificações na área, pois durante muitas décadas, a educação infantil ficou sem investimentos, sem políticas específicas, enquanto nos últimos anos suas políticas públicas visam toda a formação humana. Segundo Holanda;

Nas últimas décadas a educação infantil foi alçada a posição “estrela” das etapas de ensino. Os novos argumentos científicos, que apontam para os efeitos positivos da ação educacional nos primeiros anos de vida, o entendimento de que há retorno social para os investimentos na infância, e mudanças sociais, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, levaram governos ao redor do mundo a reconhecer e priorizar essa etapa de ensino nas políticas públicas (HOLANDA, 2011, p. 25).

Não é possível que as políticas educacionais, mesmo com toda eficiência, obtenham um resultado imediato, é um processo que precisa de tempo. Mas atualmente existem sim leis que garantem o direito da criança, como podemos encontrar na legislação da Resolução Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010 que define as Diretrizes Gerais para a Educação Básica um artigo específico para essa etapa da educação básica que é o Art. 22 que cita o objetivo da Educação Infantil o “o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Assim tendo que garantir e respeitar esses aspectos fundamentais para os sujeitos infantis. Essa etapa educacional agrega também princípios éticos, políticos e estéticos que devem ser considerados pelo olhar do professor, pedagogo lá inserido. Essa etapa da educação básica jamais pode ser vista como fragmentada ou menos importante das demais (ensino fundamental e médio), existe leis que amparam e especificidades que devem ser levados em conta, para então entender aqueles sujeitos que adentram esse espaço de educação.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-MORAL DA CRIANÇA



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Numa visão empirista, ou seja, onde o meio social passa para a criança os valores morais e as regras de convivência social, o meio social acaba determinando a internalização dos valores morais. Assim, através das lições de moral e das sanções que o meio adulto implica sobre a criança, frente a conduta e atitudes desejáveis e não desejáveis, ocorrerá o processo em que a criança é vista como meio passivo que acaba recebendo e absorvendo os valores morais e as regras de convivência selecionadas pelo meio social no qual ela interage.

Ao contrário desta visão, Piaget postula que um valor moral e uma regra de convivência social só serão “reais” para a criança quando ela possuir a liberdade de optar, voluntariamente, por esta regra na interação com um meio que fortaleça o enfrentamento positivo aos conflitos de convivência, com base no diálogo, no respeito e na participação responsável da criança no processo de tomada de decisão (CASTORINA, FERREIRO, LERNER, OLIVEIRA, 2002).

Então ao estudar o julgamento moral, Piaget o relaciona com o desenvolvimento cognitivo, aplicando ao primeiro suas concepções sobre o desenvolvimento do pensamento e concebendo a criança como capaz de tornar-se através das interações com os outros, cada vez mais racional no que diz respeito a moral. Assim, a condição necessária para um sujeito atingir a moral autônoma é ser capaz de construir a lógica a partir de sua própria experiência e atitude frente a situações, utilizando o intelectual, ou seja segundo Piaget:

Jamais um sujeito poderá ingressar na fase moral autônoma se o seu desenvolvimento intelectual corresponder ao estágio intuitivo ou pré-operatório. É importante salientar que esta condição, apesar de ser necessária, não é suficiente, o que quer dizer que nem todo o sujeito que atinja a lógica operatória atingirá a moral autônoma (CASTORINA, FERREIRO, LERNER, OLIVEIRA, 2002, p. 60).

Com Piaget pode-se pensar que o grande desafio da educação seria o de favorecer o desenvolvimento intelectual em consonância com o desenvolvimento afetivo-moral para que o sujeito conquistasse progressivamente a sua autonomia intelectual, afetiva e moral com base no exercício da interação com o meio físico, social e histórico cultural. Analisando os julgamentos e sentimentos morais, Piaget (1977) e colaboradores postulam que a gênese do senso do dever ou obrigação dá origem a duas



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

formas de respeito a regras ou normas: anomia, heteronomia e autonomia, caracterizando elas:

A moral da autoridade, que é a moral do dever e da obediência, conduz, no campo da justiça, à confusão entre o que é justo com o conteúdo da lei estabelecida e à aceitação da sanção expiatória. A moral do respeito mútuo, que é a do bem (por oposição do dever), e da autonomia, conduz, no campo da justiça, ao desenvolvimento de igualdade, noção constitutiva da justiça distributiva e da reciprocidade (PIAGET, 1977, p. 279).

Ou seja na anomia, não existe noção de certo de errado sob o ponto de vista da conduta social e a criança não é capaz de obedecer a regras, essencial para obedecer regras é o sentimento de afeto que devesse desenvolver na relação para então ter uma constituição futura de respeito. Já a heteronomia caracteriza-se por:

A tendência da obediência ao pé da letra das regras, reflexo da coação do adulto que pune severamente as transgressões e recompensa as ações desejadas pelas crianças. Em virtude disso, a heteronomia apresenta-se como uma característica do desenvolvimento infantil, inviabilizando a discriminação, das ideias e dos pontos de vista de outras pessoas (PIAGET, 1977, p. 284).

É a fase do desenvolvimento moral que se caracteriza pelo surgimento do respeito às regras ditas por aqueles que têm autoridade na relação com a criança. Contudo, à medida que a criança vai crescendo, ganha independência, pois passa a interagir com mais pessoas e tendo contato com uma diversidade de pontos de vista tornando-se questionadora dos atos que vivência. E a autonomia vai se caracterizando a medida que a criança desenvolve-se e percebe que as mesmas regras de conduta se aplicam também aos adultos, Piaget afirma que:

O respeito unilateral típico do estágio de heteronomia, passa gradualmente ao estágio em que o aspecto subjetivo do indivíduo reelabora, opta e estabelece prioridades em relação às regras preestabelecidas pelo adulto, assim caracterizando a autonomia (PIAGET, 1977, p. 289).

A criança nessa condição conquista a capacidade de racional junto com o outro construindo pensamentos e coordenando relações a partir das vivências que acabam o constituindo como sujeito. É nessa fase que surgem conflitos, diferentes pontos de vista, e que acabam constituindo os valores e atos reflexões do pensamento do sujeito. Partindo desse pressuposto de formação da moral é que pensamos agora o papel do docente no desenvolvimento da moral.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

PAPEL DO DOCENTE NO DESENVOLVIMENTO MORAL

A tarefa do professor- educador deveria ser “o de organizar um ambiente favorável à ação, à experimentação e ao intercambio entre as crianças”, criando condições que solicitem e encorajem a criança a pensar por si mesma, ativamente, em todos os tipos de situações, a quantificação de objetivos e a construção de operações:

A atividade da inteligência requer não somente contínuos estímulos recíprocos, mas ainda e sobretudo o controle mútuo e o exercício de espírito crítico, os únicos que conduzem o indivíduo à objetividade e à necessidade de demonstração. As operações da lógica são, com efeito, sempre cooperações, e implicam em um conjunto de relações de reciprocidade intelectual e de cooperação ao mesmo tempo moral e racional (PIAGET, 1980, p.62).

A troca de ideias, a discussão entre os colegas, ambas precisam sustentar toda a dinâmica do processo pedagógico. Nesta perspectiva, a criança deve ser encorajada a exprimir suas ideias a respeito das coisas. Mesmo que esta ideia, sob ponto de vista da lógica do adulto, seja “errada”, este é um erro construtivo, é a opinião presente da criança a respeito de um certo saber. A criança, expondo o seu ponto de vista, confrontando-o com o de outras crianças ou justificando seu pensamento aos colegas e professores, num clima de liberdade vai gradativamente se dando conta da fragilidade e das incoerências de suas ideias iniciais e estabelecendo novos pensamentos e internalizações até então atingir a lógica de um adulto.

Mas isso não é o que normalmente nos deparamos e acontece na escola, muitas vezes ao contrário, a criança fica exposta a um ambiente no qual o trabalho individualizado é predominante. Só é permitido expressar e dizer as coisas que os adultos julgarem “certas”, proibem-na de dizer o que verdadeiramente pensam, porque o professor a corrige dizendo que ela está “errada”. Uma das consequências mais perturbadoras é a de que a criança aprende que “quem sabe é o professor”. Como consequência a segurança que a criança tinha ao se expor baixa, tornando-a incapaz de tomar novas iniciativas e de ser curiosa a respeito das coisas ensinadas na escola. Assim “a criança não se dá conta de que a aprendizagem é fruto de sua ação sobre os fatos ou materiais com que interage e que aprende por esforço pessoal” (CASTORINA, FERREIRO, LERNER, OLIVEIRA, 2002, p. 42), ela então torna-se passiva, esperando



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

que o professor lhe ensine, isto é, lhe dê as respostas “certas”, muitas vezes sem compreendê-las, sem a possibilidade de construí-las por sua própria ação e reflexão.

Então devemos perceber a moral em um currículo escolar no mundo atual, na contemporaneidade, para assim rever as práticas que ocorrem diariamente no âmbito escolar.

POR UMA EDUCAÇÃO MORAL NO CURRÍCULO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE

Segundo Cotrim (2002), as normas morais surgem para regularizar as relações humanas e mudam de acordo com as transformações histórico-sociais, contudo essas normas “[...] se caracterizam, em tese, pela liberdade, ou seja, elas dependem da escolha individual para se fazer aceitas e serem cumpridas” (COTRIM, 2002, p. 265). Desta forma, percebe-se que é necessária uma consciência da conduta e juízos dos atos passados para que as normas morais sejam interiorizadas pelo indivíduo.

Evidenciamos um crescente aumento de discussões sobre a moralidade, sobre sua construção, evolução e implicações para o desenvolvimento, principalmente das crianças. No decorrer desse desenvolvimento, a escola, e principalmente o professor, possuem papel relevante, pois se acredita que, por meio da convivência entre os sujeitos e das experiências vividas na escola, a criança constrói conceitos relativos à sua moral e desenvolve habilidades para refletir sobre as condutas e desafios que lhe são apresentados.

Assim torna-se fundamental a importância da pesquisa diante desses aspectos que acabam constituindo o ser humano na sua existência. A pesquisa visa investigar as questões relacionadas à moralidade no contexto da infância, evidenciando diferentes aspectos da formação do sujeito, pois acredito que a educação para o desenvolvimento da autonomia moral parte do pressuposto familiar, no entanto é posta em prática no ambiente escolar, e nas relações que ali se estabelecem, é na escola de Educação Infantil que este trabalho tem de ser iniciado, conhecer o trabalho profissional dessa etapa de ensino, sabendo que é neste período que a criança perpassa do estado de pura heteronomia para alcançar a autonomia.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Portanto pensar na Infância, enquanto acadêmica pesquisadora é estar em um movimento de reflexão contínua, que se reconstrói a partir de um olhar atento e questionador. Assim quero inserir-me no ambiente, refletir sobre as vivências, conflitos ou problemas que os infantes aprimoram ou desenvolvem constituindo suas características morais. Partindo do pressuposto de questionamentos como: Como se percebe a infância no contexto das escolas de educação infantil? Quais às atividades desenvolvidas, que estimulem esta construção moral do educando, enquanto sujeito social? Como são pensadas e propostas dentro desta prescritiva as ações pedagógicas? Os educadores refletem sobre a importância de ações que venham a constituir para o desenvolvimento moral de seus alunos? De que forma a organização curricular e o fazer docente influencia a formação do sujeito moral?

Pois a realidade educacional é complexa. Verifica-se em casos a perda de alguns valores essenciais ao bom relacionamento e convívio entre os sujeitos. A agressão verbal e corporal está presente nas salas de aula, assim como as “boas maneiras” foram se perdendo com o passar dos anos. Como esperarmos que esse sujeito se porte futuramente, se não olharmos para sua constituição com um olhar diferenciado hoje, se não olharmos para esse Currículo oculto, Piaget postula que:

Um valor moral e uma regra de convivência social serão reais para a criança quando ela possuir a liberdade de optar, voluntariamente, por esta regra na sua interação com o meio que favoreça o enfrentamento positivo aos conflitos de convivência, com base no diálogo, no respeito e na participação responsável da criança nos processos de tomada de decisão (PIAGET, p.63, 2002).

Assim me desafio a pesquisar e entender como estão se constituindo esses sujeitos desde a infância, como a escola está contribuindo para essa formação. Perceber como está o convívio das crianças, suas socializações, pensamentos, vivências que as levam a ir se constituindo cidadãos, e também como os profissionais da educação estão agindo, contribuindo e oportunizando momentos significativos frente a essa temática.

Partindo dessa reflexão, trazer a ética e a moral para o espaço escolar significa enfrentar os desafios de pensar e perceber o processo de ensino e aprendizagem que se realiza na escola, uma constante atitude crítica, de reconhecimento dos limites e possibilidades dos sujeitos e das circunstâncias, de problematização das ações e



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

relações, dos valores e regras que aos norteiam. Desenvolvendo assim, a proposta de realização de uma educação moral que proporcione às crianças condições para seu desenvolvimento da autonomia, entendida como capacidade de posicionar-se diante da realidade, fazendo escolha, estabelecendo critérios, participando de ações coletivas de construção do conhecimento.

CONCLUSÃO:

Sendo assim, com base nas revisões bibliográficas, observa-se que faz-se necessário um esforço conjunto de todos os segmentos da sociedade para a efetivação, organização ou retomada de alguns valores que acabaram se perdendo ao longo do desenvolvimento da sociedade. Piaget definiu a moral como “[...] um sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (Piaget, 1994, p. 23). A sociedade, portanto, é organizada e estruturada por meio do respeito que o indivíduo adquire por essas regras, por meio do processo de troca entre os sujeitos.

Diante desse exposto, acredito que a moral não nasce com os sujeitos, ela é construída e se desenvolve ao longo da vivência dos indivíduos, resultante e dependente das interações sociais e culturais pelas quais eles passam. O desenvolvimento moral, portanto, é concebido como um processo contínuo, desenvolvendo-se ao longo da vida e sendo incorporado diretamente pelo sujeito.

Na tentativa de minimizarmos situações de desordem e falta de valores mínimos à convivência, a educação moral mostra-se como uma das alternativas cabíveis a esse enfrentamento que destrói muitas pessoas e castiga toda a sociedade. A educação moral contribuiria para a formação plena, consciente e autônoma dos sujeitos, que, por meio da reflexão crítica de seus atos e posturas, buscariam a melhor maneira de conviver com as diferenças, respeitando as suas limitações e as das pessoas com quem convive num ambiente harmonioso e significativo de boa relação.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

REFERÊNCIAS:

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BIAGGIO, A. M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**; 2 ed. São Paulo; Moderna, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: Distrito Federal: CNE/CEB, 2010.

CASTORINA, Jo'seAntonio. FERREIRO, Emilia. LERNER, Delia. OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Piaget- Vygostsky: Novas contribuições para o debate**. 6. Ed. São Paulo:Ártica, 2002.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

FINI, L. Diehl T.; **Desenvolvimento Moral: de Piaget a Kohlberg**. Departamento de Psicologia da Faculdade de Educação, UNICAMP. Perspectiva; CED, Florianópolis, 9(16): 58-78, Jan/ Dez. 1991.

HOLANDA, Juliana. Bem na foto. **Revista Educação**, São Paulo, julho/2011.

KRAMER, Sonia. **Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

PIAGET, Jean. **O juízo moral da criança**. 2. Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

PIAGET, Jean. **O julgamento moral da criança**. São Paulo: Editora Mestrejou, 1977.

_____. **O nascimento da inteligência na criança**. Suíça: Editora Guanabara. 1980.

SOUZA LIMA, Mayumi. **A cidade e a criança**. SP: Nobel, 1989.

VYGOTSKY, **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**.7. Ed. São Paulo: Ícone, 2001.